

É possível uma sociologia possibilista?

A noção de “construção social” na análise do trabalho e do emprego

Pierre Desmarez
Marcelle Stroobants

RESUMO. A análise do uso da noção de “construção social” nas pesquisas sobre o trabalho e o emprego revela correntes de pensamento heterogêneas. A primeira indica um retorno às teorias da ação sem superar as dificuldades postas por seus postulados economicistas. As duas outras correntes se distinguem pela ênfase dada seja à dimensão construída de um processo, seja à sua componente social. Raras são ainda as abordagens que conseguem reconstituir as condições que tornam possíveis tais reconstruções. Somente uma concepção relacional da sociedade parece capaz de restituir a fecundidade da noção de construção social.

Reconstruções da Sociologia

A sociologia do trabalho, prestes a se declarar em crise, parece atualmente ter consumado as rupturas que anuncia há, pelo menos, dez anos.

As fronteiras — permanecendo móveis — ganharam em pertinência, especialmente aquelas colocadas pela empresa, seja para limitá-las, seja para abandoná-las. Novas denominações vieram marcar esta separação entre uma “sociologia da empresa” e uma “sociologia do emprego”, consagrada em cursos e manuais. (Segrestin, 1992a; Piotet & Sainsaulieu, 1993; Maruani & Reynaud, 1993; Bernoux, 1995) Simultaneamente, antigas clivagens

Tradução de Marilde Loiola de Menezes

entre disciplinas, como sociologia e economia em particular, mas também outras disciplinas especializadas, no passado, no estudo do trabalho ou da educação por exemplo, aparentemente perderam sua importância.

A sociologia do emprego, constituída na interseção da sociologia do trabalho e da economia do trabalho (Maruani & Reynaud, 1993:3-5), trata estas duas disciplinas de maneiras diferentes. A primeira, a sociologia do trabalho, adquire um papel de trampolim em direção ao mercado de trabalho cujo território é tradicionalmente da segunda, a economia. Tudo se passa como se a crise de emprego revelasse o anacronismo das representações do trabalho industrial, mas sobretudo, retrospectivamente, as lacunas de uma ênfase sobre o *homo faber*. Em suma, trata-se de uma disciplina da moda que assume a ação do tempo e os movimentos do mercado de trabalho e se debruça sobre processos que teriam escapado ao tratamento sociológico.

Ao longo desse mesmo período, o descrédito das teorias e das explicações globais continuou a ocorrer em todas as especialidades sociológicas, saldando o eterno “retorno do ator”. Uma primeira corrente liga-se explicitamente ao paradigma do individualismo metodológico, conciliando a concepção de *homo oeconomicus* a uma sociologia sistêmica. A segunda corrente concebe a sociedade como justaposição de uma infinidade de relações elementares cujos laços não são jamais explícitos. (Wieviorka, 1986:154) Esta corrente preconiza, igualmente, um caminho microsociológico ascendente, a partir do sujeito. Esta corrente drenaria ainda movimentos tão diversos quanto o interacionismo simbólico, a fenomenologia, a etnometodologia e a escola de Palo Alto. Trata-se explicitamente de um construtivismo que “insiste no papel criativo representado pelos atores na construção da sua vida quotidiana”, apreendendo dessa forma os objetos sociais como construídos, dotados de significação estabilizada ou negociada ao longo destas interações. A teoria da rotulação — *labeling theory* — leva às últimas conseqüências “esta orientação segundo a qual o mundo social não é dado mas construído aqui e agora”. (Coulon, 1987: 13-14)

A noção de “construção social” e de “construto social”, ou mesmo o simples verbo “construir” têm assim progredido no vocabulário dos pesquisadores, impondo-se como uma terminologia evidente, cuja definição fica implícita. Esta noção de construção estaria fadada a suplantar a de “estruturação”, acomodando-se preferencialmente do lado da ação? Estaria ela chamada a redistribuir os pesquisadores que visitam as empresas e os que vão além? Poderia ela bastar para designar a contribuição específica dos

sociólogos sobre o terreno dos economistas? Pois a sociologia pretende precisamente acrescentar à economia “a pregnância do social e a pressão dos atores sociais: ela analisa os movimentos de emprego e desemprego como construções sociais e não como mecanismos econômicos”. (Maruani & Reynaud, 1993:3-50) De uma maneira geral, estaríamos assistindo ao acontecimento de uma sociologia construtivista homogênea?

Longe de ser um conceito unificador, a noção de construção social se presta a usos bem diferentes segundo a maneira de definir o sujeito (ator ou agente; individual ou coletivo), o nível social de referência (desde a situação mais singular até a sociedade global) e a natureza das interações esperadas (das práticas observadas às idéias). As variantes se distinguem melhor pelo contraste com as teorias ou métodos dos quais elas se demarcam:

1) um argumento interacionista: as construções sociais designam a capacidade dos atores sociais (por oposição à de agentes submetidos às estruturas globais) a construir tais configurações através de suas interações (estratégias, negociações, acordos).

2) um argumento histórico: as construções sociais designam as configurações pregnantes resultantes de longos processos (por oposição às leis causais).

3) um argumento hermenêutico: as construções sociais designam (por oposição aos fatos positivos) a força das idéias (palavras, conceitos, categorias, representações) que orientam os comportamentos e modelam a realidade.

Este último argumento deixa entrever o ressurgimento do velho dilema entre explicação e compreensão, atualizado pelo espetáculo das outras ciências. Mesmo porque as ciências sociais, visivelmente, não são mais as únicas a correrem o risco de se interrogar sobre o modo de existência dos objetos que elas tentam apreender (Stengers, 1993). Veremos que a noção de construção social não se revela nem necessária nem suficiente para caracterizar um tratamento sociológico coerente e que ela organiza com os economistas outros tipos de contato além dos previstos pelos sociólogos do emprego.

Nós examinaremos, primeiramente, as teorias de alcance geral, utilizando implicitamente (as convenções de forma) depois explicitamente (as teorias da ação) o argumento da interação, seguindo o raciocínio induzido pela teoria econômica padrão. Em seguida, tentaremos provar as mudanças produzidas por esta noção de construção social de acordo com as abordagens

do trabalho e do emprego. Torna-se evidente que as “construções” — no sentido hermenêutico e histórico — figuram de longa data entre as tensões das quais a sociologia do trabalho foi sede. E se tais construções condicionam, de fato, a possibilidade de passar do trabalho ao emprego, este percurso não é sem precedentes.

Uma vez concluído, o balanço retrospectivo da disciplina permite então reconsiderar o alcance das correntes atuais. Na empresa, as construções sociais, vistas sob o ângulo das interações, não parecem conduzir ao enriquecimento esperado. Além da empresa, a referência às construções — como processos incorporando e condicionando as interpretações — permite ampliar o campo da sociologia, mas esse alargamento deve muito às contribuições dos economistas.

Assim, a análise destas construções revela a escala eloqüente em que esses processos se desenvolvem, esgota-se no momento em que se pretende ser um modelo de alcance geral. Abertas à contingência, as variantes das sociologias da ação descartam a possibilidade de uma construção de atores por eles mesmos e de espaços onde eles se reencontram. Em contrapartida, é no interior de uma concepção relacional da sociedade que a noção de construção social parece finalmente encontrar sua fecundação.

Mercado

As dimensões institucionais do funcionamento do mercado de trabalho têm gerado uma elaboração original entre sociólogos e economistas, expressa pela abordagem das “convenções de forma”.¹

Todas essas convenções têm em comum o fato de permitirem “um crescimento da predição dos estados futuros resultando na formalização de categorias cognitivas das pessoas implicadas, das formas convencionais engajadas, tais como objetos envolvidos na produção”. (Thévenot, 1986:29) O processo de formalização é um processo de objetivação; um grupo social, um produto são “representações de indivíduos ou de gostos pessoais através de formas gerais” (Thévenot, Eymard-Duvernay, 1983, citado por Maurice, 1986:180). Nessa ótica, o grupo corresponde ao que L. Boltanski (1982) chama de uma pessoa coletiva. Tais *pessoas* têm como função representar outras pessoas, de constituir os interesses dessas pessoas e de defendê-las nos diversos níveis da negociação. Elas são, ao mesmo tempo, produtoras e

utilizadoras das regras e das convenções”. (Salais & Thévenot, 1986:5) Os atores que estas pessoas são possuem uma intencionalidade que determina suas escolhas de investimento. Cada ator pode, a qualquer momento, decidir investir numa forma que, do seu ponto de vista, pode atender os seus interesses de uma maneira mais satisfatória que a situação anterior. A convenção pensada entre diferentes atores é uma forma que permite coordenar interesses contraditórios que relevam de lógicas opostas, mas que têm necessidade de estar juntas para que aqueles interesses possam ser satisfeitos” (Salais, 1989:213).

As formas, uma vez instaladas, objetivadas, adquirem “a evidência de uma lei da natureza” (Salais, 1984:52). As instituições (inclusive as pessoas coletivas) são portanto o resultado de uma composição de ações fundadas em interesses eventualmente divergentes e que têm adquirido uma objetividade e uma evidência suficientes para produzir, de maneira eficaz, os comportamentos. Para os sociólogos, tais como P.L. Berger e Th. Luckman (1966), a instituição representaria a construção resultante de interações entre ações humanas intencionais, animadas por um objetivo particular: reduzir a incerteza e as tensões. A abordagem defendida por Thévenot e seus colaboradores releva, assim, do que R. Boudon chamou de paradigma interacionista²: a instituição que é a forma resulta da composição das ações intencionais dos atores.

Segundo C. Paradeise (1988), este interacionismo cai na armadilha do sociologismo, na medida em que estes atores não são somente individuais mas também coletivos, o que colocaria um problema: o produto da ação dos atores individuais é então assimilado à ação de um ator único e coletivo que se encontra, de alguma forma, personalizado. Como sublinha Paradeise, designar os atores — implícitos em Thévenot e seus colaboradores — permitiria mostrar que, para além desta perspectiva, as instituições representam uma composição de interesses de atores individuais; as instituições são construídas pelos atores.

A seqüência lógica que está aqui preconizada, e que Paradeise desenvolve na sua própria análise da dinâmica dos mercados de trabalho, deverá ser lida nos contornos da concepção liberal da liberdade que se desenvolve quando nasce a categoria “interesse” como explicação das ações individuais. Com efeito, quando ela escreve que “O valor da convenção estabelecida não pode ser medido a não ser do ponto de vista de cada um dos atores, em cada referência a suas próprias perspectivas de redução da incerteza constitutiva

da convenção”(1988:102), Paradeise remete implicitamente a esta concepção de liberdade que “põe o homem como uma espécie de soberano de si mesmo, a última causa que não pode jamais confessar ser ela mesma causadora. (...) Esta posição liberal da liberdade objetiva tudo que não é ela sob o signo geral da insegurança. Como a liberdade retirou-se em si mesma diante do mundo, este torna-se ameaçador, imprevisível e perigoso”. (Ewald, 1986:85)

A concepção da instituição derivada desta posição seria a mesma evidenciada por Locke, por exemplo. A instituição é destinada a proteger a liberdade individual: “O inimigo por excelência que é preciso desarmar é assim a incerteza, em geral e, mais particularmente, a inconstância humana”. (Hirschman, 1980:53)³

Qualquer que seja a dimensão histórica da noção de incerteza, a instituição reconduz aqui ao produto da composição de ações individuais onde, por definição, se supõe reencontrar, de maneira satisfatória⁴, os interesses de cada um. Por outro lado, as regras que ela representa são constantemente reproduzidas conscientemente pelos indivíduos que elas satisfazem.

Esta construção social fica permanentemente transparente aos atores:

“Identificar cada ator em cada nível de negociação implícita ou explícita supõe partir do nível mais elementar: o do ator individual. De fato, é na medida em que as promessas inscritas nas diversas convenções se realizam junto a cada um que a forma pode funcionar como sistema de comunicação relativamente consensual entre todos. Ela pode então favorecer a produção de comportamentos que procurava instituir. Caso contrário, se se reconhecem nela ou se lhe fornecem os meios para que exista, os atores individuais decepcionados tentarão escapar ao domínio da forma retirando-se do jogo (desistência) ou associando-se para subverter as regras”. (Paradeise, 1988:102)

Nesta perspectiva, em nenhum momento a convenção deixa de parecer aos atores como o produto da composição de sua própria ação⁵. E se o resultado, que é necessariamente um compromisso entre interesses diferentes, não convém a um dos indivíduos envolvidos, ele pode denunciá-lo⁶. Para fazê-lo, seguindo a mesma lógica, ele deve criar uma nova instituição: a coligação. É somente nesta condição que o coletivo surge na análise.

As análises de Thévenot e Paradeise revelam assim diferentes graus de abordagem interacionista tal como ela foi definida acima. Também não é surpreendente reencontrar a teoria das convenções no seio da sociologia da

empresa, colocada ao lado de teorias da ação que consideram a firma como “uma construção dos atores”. (Bernoux, 1995)

Sobem as Ações

As teorias da ação que dominam os anos 80 compartilham, segundo Catherine Paradeise (1990), três postulados comuns, metodologicamente, ou seja, duas possibilidades e uma interdição:

- a possibilidade de “restituir a maneira pela qual se engendram os fatos coletivos (...) discernindo-os como produtos desigualmente estabilizados da composição de um conjunto de ações individuais”;
- a inteligibilidade das “motivações e dos instrumentos” das ações a partir de características da situação da ação constituída pela interdependência entre os atores e as instituições;
- a proibição de “deduzir os comportamentos dos agentes unicamente através dos seus atributos sociais e de interpretar as regularidades ou a mudança social a partir somente das relações globais observadas entre os fenômenos”.

Tal como estão formuladas, estas duas últimas recomendações permitem “surpreender o agente, no sentido de Pierre Bourdieu, em delito flagrante... de ativismo” (Paradeise, 1990:33) ao lado do Homem da Economia, aparentado ao ator de Simon, Crozier ou Boudon. Além do mais, não é uma verdadeira surpresa para aqueles que se lembram das convergências utilitárias (entre Bourdieu, Crozier e Boudon) analisadas por Caillé. (Caillé, 1981) Mas o que é feito desta margem de “liberdade de escolha do ator” que de uma parte se enraiza no interior de uma razão universal e de outra parte reencontra os limites das estruturas da situação? E se “a inteligibilidade da relação entre motivação e ação reside na prática de um operador universal, a razão calculadora”, então o individualismo metodológico se revela bem ontológico — ou pelo menos, tautológico, como bem sublinhava Caillé. (1981:262)

A fim de provar esta contradição, sigamos como um hipertexto os encadeamentos entre ação, interação e construtivismo, na perspectiva do individualismo metodológico, do *Dicionário crítico da sociologia* de Boudon e Bourricaud (1982)⁷.

Depois da citação de Weber colocada em epígrafe, as três regras do método são assim introduzidas:

- 1) recusar o “realismo totalitário”, isto é, “a explicação dos fatos sociais por exigências do sistema ou da totalidade dos quais derivam esses fenômenos”;
- 2) tratar os fatos sociais como fenômenos de composição resultante do (mas não redutíveis ao) encontro das ações individuais;
- 3) precaver-se contra as teorias gerais que não permitem discernir a singularidade de um processo ou de um sistema.

O individualismo metodológico volta à cena cada vez que um fenômeno ou uma relação entre fenômenos é analisada explicitamente como “a consequência da lógica do comportamento dos indivíduos implicados por este ou estes fenômenos” (p.286). Se a metodologia individualista “é objeto de um grande consenso em economia, em sociologia a situação é bem mais fluída”; aqui subsistem ainda dois tipos de abordagens macroscópicas, e portanto, contestáveis.

A primeira consiste em colocar em relação fenômenos globais. Ora, para explicar uma correlação entre fenômenos macroscópicos, é preciso “pôr em evidência a lógica das ações individuais subjacente a esta correlação” (p.287). Esta regra — que não pode ser justificada de outra maneira — comporta uma série de teses implícitas, encadeadas e aparentemente indiscutíveis;

- que a toda correlação entre macrofenômenos correspondem microcomportamentos subjacentes;
- que estes microcomportamentos constituem as ações individuais;
- que estas ações obedecem a uma certa lógica;
- que a correlação observada seja “a consequência” desta lógica.

Os dois autores que consideram acertado lembrar que não se passa impunemente da correlação à causalidade entre macrofenômenos parecem considerar menos problemático estabelecer uma relação causal ascendente entre fenômenos micro e macroscópicos supostamente correspondentes.

A denúncia de outra insuficiência indica os meios através dos quais se estabelece um eventual consenso: o individualismo metodológico é um *princípio* em oposição a um *postulado*, “o sociologismo ou o holismo”, o

qual conduz a “temíveis aporias”. Na realidade, é no determinismo que Boudon e Bourricaud se baseiam:

“É verdade que a ação individual é submetida a restrições sociais; é raro poder agir segundo sua própria fantasia. Mas isso não implica que as restrições sociais determinem a ação individual. Estas restrições delimitam o campo do possível e não o campo do real. Mais precisamente, a noção de restrição só tem sentido em relação às noções correlatas de *ação* e de *intenção*”. O exemplo proposto para apoiar esta última afirmação é menos surpreendente: “um indivíduo que não tem intenções de compra não está exposto a qualquer restrição de orçamento”; assim, a menos que limitemos a duração da vida e a razão desse indivíduo, dentro de qual campo do real é preciso situar esse mercado de autarquia?

A racionalidade do *homo oeconomicus* sendo hoje notoriamente limitada, podemos dizer que ela assimila a lógica do ator em sociologia, instalando as condições de uma aproximação entre disciplinas? Esta parece ser a via em direção à qual nos orienta o verbete “economia e sociologia”.

Certamente, a economia continua distinta pelo seu objeto, “a produção e a circulação de bens e serviços”, enquanto que “os objetos pelos quais a sociologia se interessa são mais diversos”. Assim, num mesmo movimento, nos afastamos de uma definição substancial — no sentido duplo do termo — da sociologia, o que em contraste com a outra disciplina produz também uma definição residual. Historicamente, é sobretudo a diferença de abordagem que funda sua autonomia recíproca; a economia, sobretudo a economia neoclássica, “concebe o sujeito econômico, o *homo oeconomicus*, como racional. “Há portanto nesta representação das ciências um sujeito que não é o sujeito da produção científica — o pesquisador, pensador ou observador, só serão levados em consideração por alusão a uma história geral das idéias, balizada entre “clássicos” e “modernos” — mas sim o sujeito empírico, o ator. Ora, sobre a base destas características específicas de *homo oeconomicus* encontra-se desenhada uma tipologia destinada a delimitar provisoriamente as contribuições respectivas de duas disciplinas e a hierarquizar definitivamente as formas particulares da sociologia. O cruzamento dos dois critérios dicotômicos racional/irracional e individualismo/holismo define assim quatro tipos ideais que, em seguida, deverão ser superados. O tipo 1 (racionalidade x individualismo) é “sobretudo utilizado pelos economistas” e certos sociólogos. O tipo 2 (racionalidade x holismo) seria representado por certas formas da sociologia (neo)marxista como pelas “teorias mais

respeitadas, isto é, aquelas nas quais o holismo é mais destemperado". O tipo 3 (individualismo x irracionalidade) é encarnado por Tarde, cujo programa teria sido trabalhado principalmente por Berger e Luckmann. Quanto ao tipo 4 (holismo x irracionalidade), é característico da sociologia estruturalista, "onde o ator é praticamente apagado da análise". Nessa ocasião, a ambição crítica do dicionário encontrou seu terreno de eleição: "A 'teoria' de Foucault é somente uma caricatura levada ao absurdo da observação banal segundo a qual os paradigmas científicos podem ser afetados por representações extracientíficas" (p.198). Se a argumentação é imperfeita sobre este ponto, não falta indulgência quando se trata — arriscando de frisar a banalidade — de retomar a metáfora arqueológica de Foucault num rápido exame das âncoras históricas das duas disciplinas.

É cômodo relativizar o interesse desta tipologia depois de ter se servido da mesma para distanciar-se dos desvios holistas; primeiro em nome da atualidade para evidenciar as nuances entre racionalidade e irracionalidade; em seguida, em nome da autoridade dos "melhores sociólogos" (quase sempre Tocqueville e algumas vezes Marx) que teriam ultrapassado as oposições entre holismo e individualismo. A concessão feita aqui ao marxismo indica que o que é problemático não é a ação potencial das estruturas sociais mas muito mais a afirmação do seu caráter original e inelutável. O método preconizado até aqui, resolutamente individualista, se afirma algumas vezes como um preceito onde tudo é uma questão de dosagem: um pouco de estrutura pode nos aproximar do sujeito, mas não é preciso muita.

A teoria weberiana da ação, erigida em critério metodológico, leva a fazer do sujeito, *homo sociologicus* (muito próximo de "seu primo, *homo oeconomicus*")⁸, o objeto observado. Não haveria ciência mais humana que a sociologia. Explicar o comportamento do ator é compreendê-lo, através de um trabalho de informação sobre esse sujeito e um cuidado de distanciamento. A operação de construção do objeto, assim reduzida, permite ao mesmo tempo fazer da sociologia uma antropologia natural: "a lógica da ação individual comporta elementos invariantes em relação à diversidade dos contextos culturais. (...). Se desejarmos, poderemos utilizar a noção clássica de natureza humana para caracterizar estas invariantes" (p.5). Para evitar o etnocentrismo, o subjetivismo ou o intuicionismo é preciso ainda "verificar se a análise microsociológica é compatível com os dados macrosociológicos", operação a cujas dificuldades já fizemos referência.

Boudon e Bourricaud, preocupados em evitar as teorias gerais, nos

propõem uma metodologia individualista geral aplicável “à análise de toda sociedade” (p.289). O objeto que se impõe nesta linha de pensamento é também o mesmo que se impôs a si mesmo, espontaneamente, o homem da economia. Em última instância intervém a referência macroscópica como procedimento de controle. Ora, esse controle não deveria, em certos casos, retornar às prateleiras das prenoções, “reconstruindo” a categoria do “indivíduo” da qual J. P. Vernant (1987) tem mostrado a relatividade histórica e social?

Um trágico contraste?

A sociologia do trabalho que serve hoje de contraste à sociologia do emprego obedece, segundo a fórmula consagrada há mais de dez anos na França, aos “cânones da tragédia clássica (Tripier, citado por Linhart, 1986:6). Esta sociologia teria sido demasiado fiel à regra das três unidades, lugar, tempo e ação: enclausurada na cena do trabalho, imobilizada pelo instantâneo e centrada sobre a atividade profissional. A fórmula aplica-se bem à sociologia das organizações, mãe da sociologia das empresas.

Este veredito não faz justiça aos pesquisadores que continuaram a estudar as transformações técnicas, as relações profissionais, a ação coletiva e os movimentos sociais, sem renunciar a aventurar diagnósticos de evolução ou de degradação. O balanço da sociologia do trabalho, dirigido sem indulgência por Sabine Erbès-Seguin et Pierre Rolle em 1988, contrasta com a cena do fechamento atemporal. Longe de se limitarem à análise do ato pontual, os sociólogos do trabalho parecem ao contrário se esforçar para articular as relações de trabalho localizadas e as estruturas globais. De maneira característica, os dois quadros teóricos adotados nessas tentativas representam variantes invertidas de uma mesma doutrina: seja porque a divisão técnica do trabalho é supostamente responsável pelas relações de produção, seja porque ela seria o seu instrumento (Rolle, 1988). De fato, atrás desta inversão, encontramos, guarnecida de reformas análogas, uma tendência a reduzir as relações que se ligam em torno do trabalho a um dos termos eternizados, o conteúdo “real” do trabalho. E é por referência a esta qualidade, erigida em valor absoluto — esta era uma idade de outro do indeterminado — que “as transformações do trabalho” foram apreciadas positiva ou negativamente.

Nós não saberíamos criticar esta sociologia por ter colocado em cena atos locais atemporais, mas sim por passar rapidamente das observações empíricas às interpretações globais, passagem esta encorajada pelos representantes nostálgicos dos atores. As pesquisas no meio industrial — inclusive a dos historiadores de técnicas ou dos economistas do trabalho — têm colhido numerosos depoimentos sensíveis aos aspectos autoritários da divisão do trabalho. A organização tão claramente arbitrária nos faz pensar em uma “máquina de guerra” a serviço de uma dominação de classe. Na sua brilhante história de máquinas-ferramentas úteis do controle nemérico, Noble se interroga sobre o sentido de uma organização que separa sistematicamente os operadores das funções de programação, uma vez que são capazes de acumular tais funções (Noble, 1984). Interrogados sobre esse tema, os engenheiros afirmam finalmente que “é assim mesmo”, que eles mesmos decidiram assim. E o diálogo se interrompe aqui ao mesmo tempo que a demonstração. Apesar das variantes observadas, raras são efetivamente as firmas que exploram os recursos interativos dos comandos numéricos. Toda pessoa que persegue a pesquisa com outros protagonistas pode, no entanto, reencontrar boas razões para limitar os atos da programação. Primeiro, um argumento técnico, o risco de diversificar excessivamente os procedimentos de produção; em seguida, um argumento financeiro, o custo do reconhecimento salarial; enfim, um argumento econômico e não menos importante, o risco de ver os erros eventuais de programação multiplicarem-se em grandes séries. Assim, se a divisão é arbitrária do ponto de vista da repartição das competências, ela não o é forçosamente a partir de outras considerações.

Esta dificuldade não é imediatamente resolvida pelas distinções efetuadas sobre o mercado de trabalho e, particularmente, pela divisão sexual das atividades. A comparação de estudos realizados no meio dos tipógrafos (Maruani, 1985, Rainbird, 1995), por exemplo, sugere que as segregações entre os sexos se reproduzem e se assemelham para além das diferenças internacionais. Frente a estas discriminações que a relação salarial não esgota, fica patente a tentação de corresponder às divisões locais e globais do trabalho. Margaret Maruani, confrontando outras análises da atividade feminina constata: “Todas as empresas de confecção se assemelham: filas de mulheres OS costuram, curvadas sobre suas máquinas, quase sempre em cadência e em cadeia. Nenhum homem neste universo de mulheres... salvo em algum canto da usina, em geral separado do resto: no corte, alguns

operários profissionais ocupam os únicos postos qualificados da empresa. Ninguém saberá jamais por que cortar um tecido é mais qualificado que costurá-lo. Ninguém compreenderá realmente por que os homens são mais capazes de cortar do que costurar. Mas o fato está aí: os homens cortam e o corte é qualificado, as mulheres costuram e a costura é desqualificada...” (Maruani, 1985:41). De fato, nada pode justificar a diferenciação desigual entre os sexos. Em contrapartida, toda pessoa que tentou um dia costurar uma elementar bainha sabe que a costura pode ser descosturada, mas que um tecido cortado muito curto fica estragado. Do ponto de vista do custo do erro, da responsabilidade, corte e costura — como programação e conduta de uma máquina-ferramenta a comando numérico — não são trabalhos “equivalentes”...

Isso quer dizer que a sociologia poderá intervir nas avaliações de postos ou de funções, dispondo dessa maneira de instrumentos científicos para fazê-lo? Por trás desta questão de aparência anódina, aloja-se uma tensão fundamental no seio da disciplina. Desde 1963, Naville respondia negativamente a esta questão. Sem entrar no debate sobre a qualificação (Alaluf, 1986), destacamos que seus argumentos representam, ao mesmo tempo, uma emancipação da situação de trabalho e, *avant la lettre*, uma maneira de invocar as “construções sociais”. Dizer “que não existe qualquer direto e objetivo de qualificar o conjunto de postos por razões puramente técnicas” (Naville, 1963:243) é, primeiramente, colocar a sociologia no seu lugar: ela não dispõe mais de meios de enunciar uma justa qualificação. Acrescentar que a qualificação é uma “apreciação social do valor diferencial dos trabalhos e não um fenômeno técnico individualizado” é reconhecer que os valores respectivos que são atribuídos às tarefas são o produto de julgamentos relativos e coletivos, o que representa uma primeira interpretação da noção de construção social. Além do mais, considerando o tempo de formação como critério de qualificação dos trabalhadores, Naville abre bastante as portas das empresas e a via das pesquisas sobre relações entre formação e emprego, sua história e suas variantes “societais”.

Enriquecimento e ampliação das tarefas da sociologia

As condições nas quais a expressão “construção social” é aplicada, há uma década, às relações que se tecem em torno do trabalho cobrem duas

orientações: uma primeira orientação tende a colocar os objetos tradicionalmente pertencentes à sociologia, a empresa, a técnica, a qualificação ou o trabalho, sob uma perspectiva suscetível de enriquecer o seu conhecimento.

Assim, as feministas britânicas, redescobrimo a arbitrariedade dos julgamentos de qualificação, têm esclarecido os processos de rotulação e de segregação que sustentam a *social construction of skills* (Rainbird, 1995). Esse argumento não tem, portanto, um alcance limitado na opinião dos pesquisadores que persistem em avaliar as qualidades que seriam “objetivamente” requeridas pelo ato técnico (Adler & Borys, 1988).

Por outro lado, a análise das qualidades “efetivamente” postas a serviço do trabalho abre espaço para construções de um outro tipo que iremos encontrar na teoria da ação. Assim nós vemos os operadores que cooperam, compõem, negociam, inventam e constroem as regras que estariam “na origem da construção do sistema social efetivo”. (de Terssac, 1992:266) A construção destas regras “efetivas” articula as faces formais e informais da organização, entrevistas, desde os anos trinta, pelos pioneiros das “relações humanas”. A situação do trabalho vem a ser assim uma “construção social”, resultando de práticas informais, reais, fundamentais e racionais. (de Terssac, 1992: 31, 43) Esta seria a racionalidade universal que serve de núcleo comum aos sociólogos da ação? (Paradeise, 1990: 33) Com efeito, é impressionante reencontrar nas teorias da ação esse mesmo apelo a uma realidade empírica circunscrita à lógica da situação. Trata-se primeiro de partir “das interações reais em situação” (Paradeise, 1990:38) e, em seguida, de fazê-lo com todos os recursos e somente os recursos desta situação. Nesse quadro estreito e aparentemente transparente, a atividade profissional se define menos pelos antecedentes, pela formação ou experiência anterior, e muito mais pelo “peso” da situação. (Paradeise, 1990:32) Da mesma forma, a propósito dos estudos de inserção de jovens, Segrestin registra uma tendência convergente e geral de “descrever os *verdadeiros atores*, isto é, os atores não determinados que constroem *in situ* o seu destino”. (Segrestin, 1992b)

Aplicada à empresa ou à relação de trabalho, a teoria dos investimentos de forma tem a ambição de ultrapassar as clivagens ou as oposições entre o econômico e o social, colocando em evidência as diferentes formas de coordenação que podem se manifestar na empresa, como por exemplo aquelas que mobilizam os recursos fundados seja sobre o “progresso” seja sobre a “tradição”. (Thévenot, 1989b) Da mesma maneira, a relação de trabalho, muito claramente conhecida como uma relação individual entre

um empregador e um assalariado, está enquadrada por convenções que lhe asseguram uma certa padronização (Salais, 1989); mas esta relação poderia ver suas modalidades postas em questão desde que um ator se julgue insatisfeito. Tanto num caso como no outro, as características da forma “empresa” e em particular as regras que presidem seu funcionamento são o efeito da combinação das ações dos *verdadeiros atores*, aos quais estivemos nos referindo. Apresentada como uma “instituição” (Segrestin, 1992; Bernoux, 1995), a empresa é uma “construção social” que estrutura os mercados e os transforma igualmente em “construções sociais”. (Bernoux, 1995: 271) Assim concebida, ela será, ao mesmo tempo, uma “instituição farol da sociedade” (Segrestin, 1992a:201) e uma categoria pertinente para a sociologia. Dupla conclusão que constituía o *credo* da escola das relações humanas e só poderá parecer nova em virtude de uma notável faculdade de amnésia da qual dão prova as ciências sociais (sobre esse ponto ver Strobants & Desmarez, 1989).

Longe de um enriquecimento, esta primeira orientação reflete muito mais a imagem da tragédia clássica: os atores do trabalho mudaram de papel, mas falta-lhes ainda uma história e um espaço mais amplo.

A segunda orientação tende muito mais a alargar o campo da sociologia acentuando a dimensão social dos objetos que até o momento derivavam de outras disciplinas, o mercado ou a flexibilidade, por exemplo. Esta intenção é tipicamente a da sociologia do emprego. A atividade, a ocupação, a duração do trabalho aparecem igualmente como maneiras singulares de recortar a população. Da mesma forma, os parâmetros demográficos aparentemente “naturais”, o sexo, a idade, a nacionalidade se revelam como produzidos pelo processo de segmentação dos mercados e pelas segregações — de intenção positiva — das políticas de emprego. Nós não seremos mulher da mesma maneira num mercado de trabalho britânico, sueco ou francês (Daune-Richard, 1993) e, sob o efeito de mecanismos de transição profissional, continuamos jovens e cada vez mais velhos. O mercado de trabalho não se apresenta portanto como um mecanismo de ajustamento entre as ofertas e as demandas independentes⁹, mas nem por isso é provido de mecanismos de outros tipos, dispositivos de inserção e estruturas estratégicas. Assim, as comparações espaço-temporais colocadas como as bases de uma sociologia do emprego tendem a ser a matéria mesma que se trata de analisar.

De fato, a desconstrução que preside o uso das estatísticas não aparece

mais forçosamente como uma etapa da pesquisa mas como finalidade¹⁰. De maneira significativa, os próprios economistas — e particularmente certos autores das teorias das convenções — têm fornecido exemplos pedagogicamente mais eloquentes, (ver, por exemplo Caire, 1994), desde a invenção do desemprego (Salais, Baverez, Reunaud, 1986) e dos seus paradoxos até as construções de categorias socioprofissionais. (Desrosières & Thévenot, 1988) Com a história dessas nomenclaturas, a noção de construção social enriquece-se de processos representativos de efeitos de categorizações tais como as estudadas pela psicologia social. A coleta de registro, a codificação de componentes da atividade e a definição de rubricas aparecem como interpretações da estratificação social e do sistema produtivo. Esses tratamentos não são sem precedentes, conservam o traço dos episódios anteriores e se justificam por referência da atualidade. O aspecto mais importante, mas o menos sublinhado, da demonstração de Desrosières e Thévenot é sem dúvida o efeito amplificador da última reforma. Isso porque a justaposição da antiga e da nova nomenclaturas socioprofissionais, simultaneamente aplicadas à mesma população ativa de 1982, revela a eficácia da transformação. Em particular, pela simples recomposição de rubricas, a proporção de “trabalhadores” diminui e a dos “empregados” aumenta. Assim, uma parte dos movimentos da atividade que se trata de considerar encontra-se induzida pelo próprio dispositivo. Trata-se desta vez de um artifício de construção, cujo ator principal não é um indivíduo qualquer, nem mesmo um grupo de estatísticos, mas o possante dispositivo centralizado que integra e organiza as especificidades francesas da relação salarial.

A primeira e a segunda orientações tanto são antagônicas, como combináveis, assim como ilustram os diferentes destinos de um objeto aparentemente novo, as competências”. Este objeto permitiu repetir, ou melhor, renovar o tratamento dado a um antigo objeto, as qualificações, assim como recusar a atualidade da noção de qualificação importando problemáticas e princípios de análise forjados em outras disciplinas. (Stroobants, 1993)

A primeira orientação concerne tanto as abordagens centradas sobre a empresa quanto as análises que a ultrapassam. Quanto à segunda, ela se aplica a um campo ampliado, mas não suficiente para apartar sociólogos e economistas.

Assim como a primeira orientação reabilita ou moderniza as escolhas metodológicas — as quais constatamos que estavam finalmente subentendidas por uma hipótese ontológica — a segunda orientação amplia os processos sociais e portanto o campo da sociologia.

Para retomar nossa analogia com a reconstrução das tarefas da sociologia, é preciso se perguntar se a recomposição não é tributária da repartição anterior das tarefas e se ela não coloca como adquiridos os objetos (inclusive os atores e as situações) como foram socialmente construídos ou como foram cientificamente construídos pelas necessidades de uma outra disciplina. Em se tratando de seguir um processo sem transformá-lo em determinismo, portanto sem prefigurar os ingredientes, é preciso então abrir as “possibilidades” muito mais que prever uma sociologia “possibilista” da ação (Paradise, 1990: 38), isto é, olhar o processo no qual os termos da construção se erigem no mesmo movimento, colocando-se conjuntamente em relação e se definindo simultaneamente.

Em torno da relação social

Se a construção social é entendida como processo através do qual os atores são postos em relação, então a instituição não pode ser outra coisa a não ser uma relação social. Nesse caso, é evidentemente mais difícil falar de “construção social”, na medida em que o social é necessariamente anterior às ações indispensáveis à sua existência, ou melhor, ele é sua própria condição. Nesta perspectiva, analisar a instituição, ou uma forma, é procurar compreender quais são as outras relações das quais ela é a expressão e por quê.

É aqui que aparecem mais claramente os limites de uma concepção de instituição fundada sobre a noção bastante geral de redução de incerteza.

Vejam o exemplo do seguro. Podemos afirmar que o seguro aparece em resposta a uma hipotética “necessidade de segurança” ou de “solidariedade” e que esta instituição tem como razão de ser remediar a incerteza que impede a satisfação de tais necessidades.

Seu aparecimento só pode ser compreendido se examinarmos as condições que a tornam não somente possível como necessária. “O seguro é filho do capital. (...) (Ele) torna-se necessário na medida em que a fortuna torna-se mobiliária, que o capital circula e encontra-se exposto aos perigos da circulação”. (Ewald, 1986, 182)

Esta instituição, que pode ter o efeito de reduzir a incerteza dos indivíduos, não é portanto necessariamente o produto. Suas características concretas, isto é, as relações que ela instaura entre os grupos sociais,

mercadorias, um risco e um espaço, são muito mais a expressão de uma transformação das relações que tornam seu aparecimento possível e/ ou necessário.

Vejam os outros exemplos, o da flexibilidade de emprego. Se o emprego é apresentado como um objeto de conteúdo estável, distinto e complementar ao trabalho, a flexibilidade deixa-se conceber como uma categoria nova cujas formas concretas só se explicariam sob a forma de representações. Assim, por exemplo, um tal regime de trabalho é “normalmente” reservado às mulheres seja porque um grupo encontra nelas seu interesse, seja porque os atores que possuem o poder de decisão estimam que é “natural”. Nesse último caso, a noção de “construção social” representa um papel intermediário; é a característica “natural” de uma atribuição que é preciso explicar.

Explicação que se torna possível se o emprego é considerado não mais como um objeto, mas como uma relação entre o trabalho e o trabalhador. Nessa ótica, a flexibilidade não traduz uma novidade, mas a busca de um movimento de separação entre os dois termos da relação. E as formas concretas de que ela se reveste podem ser explicadas pelas características das relações que definem um regime produtivo particular. Através de modalidades específicas de organização da reprodução da classe assalariada, podemos compreender a lógica seletiva da flexibilidade.

Sem dúvida esta segunda interpretação é compatível com uma abordagem interacionista, tingida ou não de “sociologismo,” no sentido que o entende Paradesi. Em contrapartida, ela deixa de sê-lo se dermos um passo suplementar para nos interrogarmos sobre a construção dos atores, eles mesmos, nas e pelas relações que estabelecem.

É no quadro desta variante que se situam, segundo nossa opinião, as comparações França-Alemanha-Japão do *leste*, onde os autores mostram a interdependência entre a estruturação dos espaços de qualificação e dos espaços dos atores. Na sua perspectiva, as diferenças entre as nações¹¹ fundam-se sobre as características das relações que os contatos sociais sustentam entre elas. As instituições seriam então função destas relações as quais definem simultaneamente os atores: “podemos supor que dentro de cada sociedade estes investimentos de ‘formas’ não são independentes dos processos de construção de ‘espaços’ e de ‘atores’, e mais amplamente os tipos de contatos sociais que sustentam estes processos”. (Maurice, 1986: 187) A questão da flexibilidade pode então ser reformulada: ela correspon-

deria não mais a uma transformação das regras do jogo, ou das formas, mas a uma reconstrução dos próprios atores. A evolução de uma relação definiria assim uma transformação dos atores¹².

A posição adotada por Maurice quanto à categoria de “quadros” vai no mesmo sentido. Opondo-se à concepção segundo a qual o aparecimento de “quadros” seria o resultado de uma estratégia de “oferta” desenvolvida por um conjunto de indivíduos¹³, ele sustenta que esta categoria social “é inseparável da natureza das relações sociais que traduz o espaço hierárquico da empresa francesa e que dá a esta categoria sua especificidade”. (Maurice, 1986:180)

Este ponto de vista permite relativizar a crítica formulada por Paradeise (1988) em relação a esta abordagem. Com efeito, se limitamos a noção de ator à de atores individuais, podemos reprovar Maurice e seus colaboradores ao colocarem que não existe mediação pertinente entre as normas e os comportamentos estratégicos. A partir do momento em que a transformação dos atores é introduzida na análise, o fato de “ligar estreitamente os comportamentos estratégicos dos atores (trabalhadores ou empresas) às estruturas nas quais os comportamentos se cristalizam e podem às vezes adquirir sua eficácia (social ou econômica) e sua legitimidade” (Maurice *et al.*, 1982:252) não coloca mais dificuldades.

De outra forma, levanta-se sempre a questão da definição do espaço pertinente para analisar estes processos. Podemos, como Paradeise, não fazer nenhum julgamento. Mas isso implica, como ela própria sustenta, que a produção dos mercados de trabalho e de suas características concretas devam ser explicadas pela composição das ações individuais? Para responder a esta questão, sem cair em controvérsias sobre a oposição entre o ator e o sistema, é preciso, no nosso entendimento, reabrir o debate sobre a construção do objeto da sociologia.

Dos métodos ao objeto

Muitas vezes, ao longo da leitura guiada do Dicionário de Boudon e Bourricaud, relevamos concessões feitas ao “efeito das estruturas”, justificando o ceticismo de Wieviorka quanto ao alcance do individualismo nesta corrente. Mais de uma vez, o ceticismo é emudecido, perplexo diante do tratamento diferente reservado a Marx por um lado, (retido entre os “melhores sociólogos”) e aos “neomarxistas” por outro (“inspirando-se de noções centrais da vulgata”, “doutrina da luta de classes”, p.486). O que aparente-

mente salva Marx é ter previsto os casos onde o comportamento dos atores possa, por sua vez, afetar as estruturas sociais, notadamente, quando a história “anda para trás”. Reconhecer que as “leis da história” são tendenciosas é, para Boudon e Bourricaud, prever que as escolhas forçadas do ator não constituem um “exemplo geral”, mas um “exemplo particular”. Eles saúdam os recursos destes “modelos complexos de ação” admitindo “uma relação de causalidade circular entre as ‘estruturas’ e as ações individuais” (p.198)¹⁴. Sem julgar a pertinência desta leitura de Marx, descobrimos finalmente, por esse desvio, questões clássicas e fundamentais que, na memória do pesquisador, parecem doravante afastar-se das apresentações programáticas da sociologia e de seus avatares em sociologia do trabalho:

- em que o determinismo, tão eminentemente contestável e reconhecível quando se trata de passar do social ao individual, se justifica em outro sentido?
- se o duplo movimento entre indivíduo e estruturas sociais é possível, por que o sentido privilegiado vai em direção do microcópico ao macrocópico?
- em que a consideração deste duplo movimento permite-nos dar conta de uma “causalidade circular”?
- se a história é feita pelos homens e se suas ações contribuem para a reprodução ou mudança social, quer isto dizer que as relações que interessam à sociologia procedem necessariamente dos indivíduos, ou ainda que os indivíduos em questão não passam de humanos?¹⁵

Se descartamos temporariamente a perspectiva metodológica, para reencontrar o objeto da sociologia, é preciso interrogar, como o faz R. Bhaskar (1979), sobre as propriedades das sociedades suscetíveis de transformarem-se em objeto de conhecimento. A construção do objeto em ciências naturais é uma responsabilidade comumente atribuída ao sujeito da ciência, o cientista, e que não retira nada à realidade mesma desse objeto. No caso da sociologia, a operação designa um sujeito diferente; a idéia de que a sociedade seja uma construção do pensamento é bastante disseminada, mas trata-se agora de uma construção pelos próprios atores sociais e não de um preâmbulo metodológico. Esta idéia é sustentada, como mostra Bhaskar, por uma concepção atomista da sociedade exclusivamente composta de indivíduos na qual teríamos reconhecido a manifestação epistemológica que constitui o individualismo metodológico. Este último, nos diz, revela a

probreza desta concepção do social, assimilada ao grupo. O comportamento das massas ou dos grupos constitui um fenômeno que interessa à psicologia social, mas não é objeto da sociologia. Para Bhaskar, o objeto da sociologia são as relações persistentes entre indivíduos e/ou grupos, as relações entre estas relações, e as relações entre estas relações, sua natureza e seu produto. A partir do momento em que aceitamos esta concepção relacional do social, não é mais somente o individualismo metodológico, inerente à teoria da ação ou ao construtivismo que está em causa, mas toda tentativa de estabelecer uma conexão entre sociedade e indivíduo, seja no sentido de Weber ou no de Durkheim. Bhaskar mostra finalmente que o modelo “dialético” de Berger e Luckmann acumula os defeitos dos dois precedentes; diz ele, “os indivíduos e a sociedade não se situam dentro de uma relação dialética. Eles não constituem dois momentos do mesmo processo. Ao contrário, eles dizem respeito a duas ordens radicalmente diferentes”. (p.42). O modelo “transformacional” que ele propõe se funda precisamente neste hiato; “a sociedade não existe independente da atividade humana” (contrariamente a Durkheim), “mas ela não é seu produto” (contrariamente a Weber); se uma tal atividade não passa de uma representação da ação (concessão à tradição hermenêutica) ela não se reduz a isto. Os indivíduos não *criam* a sociedade, eles a *reproduzem e transformam*. A sociedade constitui ao mesmo tempo a *condição* sempre presente (causa material) e o *resultado* continuamente reproduzido da atividade humana.

Esta perspectiva apresenta vantagem de tornar claro o que está em jogo, encoberto pelo tratamento metodológico das questões mais clássicas que continuam em debate. Se esta perspectiva reconduz a condenar as abordagens deterministas, ela não cai entretanto no relativismo. Reconhecer o hiato entre a ordem individual e a ordem social é renunciar simultaneamente à causalidade circular e dar preferência às interpretações em termos de causas múltiplas. Uma coisa é não recusar-se a recortar a abordagem à medida do problema tratado, uma vez que nos atemos a exemplos particulares”; outra coisa é recortar *a priori* o objeto à medida do problema.

Notas

1. Esta perspectiva “convencionalista” está estreitamente ligada, nós sabemos, à das “economias da grandeza” cujo texto fundador data de 1987 (Boltanski & Thévenot, 1987); portanto ela não se superpõe (ver por exemplo: Thévenot, 1989b), e não abordaremos aqui o projeto das “economias da grandeza”,

para restabelecer os laços entre as ciências sociais e a “tradição da filosofia política versando sobre as condições de possibilidade de uma ordem numa sociedade” (Thévenot, 1989b: 157).

2. As “teoria sociológicas (que) utilizam uma linguagem tal, que o fenômeno social do qual elas nos trazem explicação é descrito como o resultado da justaposição ou da composição de um conjunto de ações” (Boudon, 1979: 191).
3. Compreendemos imediatamente que “liberal” não significa “sem instituição”, como parecem crer Salais e Thévenot (1986), quando explicam que sua abordagem das convenções é estranha aos princípios liberais. Não é porque reconhecemos a importância de instituições como a demissão ou a representação sindical que a lógica do raciocínio escapa, por isso mesmo, aos princípios liberais.
4. “Satisfatório” é aqui empregado por oposição a “ótimo”, no sentido que lhe dão March e Simon na apresentação da racionalidade limitada (1974).
5. Se, aqui, Paradeise afasta-se da perspectiva de Berger e Luckmann, ela evoca, mesmo sem aprofundar este ponto, os graus de objetivação variáveis das formas; esta nuance sugere, segundo o contexto, que a construção social de certas formas pode se tornar, como em Berger e Luckmann, imperceptível aos atores.
6. Esta é também, como ressalta Boyer (1986), a lógica que sustenta a abordagem em termos de “contratos implícitos” à qual se refere Paradeise.
7. Apesar do anacronismo, o termo hipertexto qualifica o percurso livre mas acidentado, pelas palavras-chaves, desde o prefácio até a “ação”, passando por verbetes como “individualismo metodológico” e “economia e sociedade”.
8. Para um economista como Van Parijs (1986:278) o homem da economia não seria apropriado à sociologia. A abordagem econômica inspirada pela teoria microeconômica neoclássica comporta uma série de postulados encaixados, segundo uma seqüência sublinhada em sentido único: “o economismo implica o racionalismo, que implica o acionalismo que implica o individualismo, mas não o inverso”. Sabemos que dentro do campo da economia, a primeira implicação foi violada pela necessidade de conceber uma forma de racionalidade limitada. O autor mostra, por uma série de exemplos tomados emprestados da lingüística, que um certo número de fenômenos sociais resiste às interpretações racionalistas e acionalistas. Em contrapartida, o individualismo metodológico sai aparentemente imune deste tratamento na medida em que tolera as interpretações em termos de estruturas.
9. É significativo, por exemplo, que um economista como Annie Vinokur distancie-se em relação à economia *standard* para introduzir a idéia de que o diploma é também uma construção social. (Vinokur, 1995)

10. As representações incorporadas ao instrumento ou à técnica de gravação suscitam um leque de interesses de domínios diversificados, desde as tradicionais discussões sobre as estatísticas do suicídio (inauguradas pelos trabalhos de Durkheim) até os sintomas de morbidez. (Aiach P. & Cèbe D., 1996)
11. Esse destaque e os próximos não significam que subscrevemos ao conjunto da abordagem desses autores e, em particular à pertinência da nação como categoria. Além do mais nós abordamos (Desmarez, 1991) os problemas colocados por seu raciocínio pelas comparações internacionais.
12. Nesta afiliação é preciso situar a história das relações profissionais e das tradições que organizam as classificações e as formas típicas de hierarquias salariais dentro de cada país. Aqui também o termo “construções” convém para designar as coerências específicas de uma relação salarial que resultam de codificações estabelecidas pelos atores que condicionam sua incessante contestação. (Eyraud, Rozemblatt, 1994)
13. Dentro dessa ótica, esta “oferta” seria o resultado da composição de estratégias individuais.
14. Mais possante e mais atual ainda, a releitura de Marx por Bensaïd, onde vemos o tempo multiplicar-se em uma temporalidade social “pleno de ventres e de nós” e a possibilidade de pensar tendências nem necessárias nem contingentes. (Bensaïd, 1995)
15. Um exemplo interessante de abertura da perspectiva microscópica encontra-se na sociologia das técnicas. Ao lado da abordagem “social construtivista” encontramos, com efeito, pesquisadores (M. Callon, B. Latour e J. Law) dispostos a considerar as relações entre atores tão diversos quanto pessoa, competências, artefatos e fenômenos naturais (ver sobre esse assunto Bijker *et al.*: 1987). Mas não é esta despersonalização de atores que assegurou a fortuna das idéias de Callon e Latour sobre outros terrenos (ver, por exemplo, Paradeise, 1990, Bernoux, 1995).

Abstract

An analysis of the usages of the notion of “social construction” in research on work and employment in the last ten years reveals heterogenous currents of thought. One of these takes part in the recuperation of action theories without overcoming the difficulties posed by their economic postulates. Two other currents diverge as to the accent on the *constructed* dimension of a process or

its *social* component. Approaches which make these reconstructions possible are very rare.

Only a relational conception of society seems able to restore the fertility of the notion of social construction.

Résumé

L'analyse des usages de la notion de "construction sociale" dans les recherches consacrées depuis une décennie au travail et à l'emploi révèle des courants hétérogènes. Un premier participe du regain des théories de l'action sans surmonter les difficultés posées par leurs postulats économistes. Deux autres courants se distinguent par l'accent qu'ils mettent soit sur la dimension *construite* d'un processus soit sur sa composante *sociale*. Rares sont encore les approches qui parviennent à reconstituer les conditions qui rendent possibles de telles reconstructions. Seule une conception relationnelle de la société semble en mesure de restituer sa fécondité à la notion de construction sociale.

Referências bibliográficas

- Adler P. S., Borys B. (1988) "Automatisation et travail: le cas de la machine-outil", *Formation Emploi*, n.º 21/5-25.
- Aiach P. & Cèbe D. (1996) "Évaluer la santé d'un groupe, une gageure", *La Recherche*, n.º 284/30-32.
- Alaluf M. (1986) *Le temps du travail. Formation, emploi et qualification en sociologie du travail*. Bruxelles: Éd. de l'Université de Bruxelles.
- Bensaïd D. (1995) *La discordance des temps. Essais sur crises, les classes, l'histoire*. Paris: Les éditions de la Passion.
- Berger P. L., Luckmann Th. (1966) *The Social Construction of Reality*. Harmondsworth, Penguin.
- Bernoux Ph. (1995) *La sociologie des entreprises*. Paris: Seuil.
- Bhaskar R. (1979) *The Possibility of Naturalism. A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences*. Brighton: The Harvester Press.
- Bijker W. E., Hughes T. P., Pinch T. J. (1987) *The Social Construction of Technological Systems. New Directions in the Sociology and History of Technology*. Cambridge Mass., London: The M. I. T. Press.
- Boltanski L. (1982) *Les cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Minit.
- Boltanski L., Thévenot L. (1987) *Les économies de la grandeur, Cahiers du Centre d'Etudes de l'Emploi*, n.º 31.
- Boudon R. Bourricaud F. (1982) *Dictionnaire critique de la sociologie*. Paris: PUF.

- Boudon R., (1979) *Effets pervers et ordre social*. Paris: PUF.
- Boyer R. (1986) "La relation salariale entre théorie et histoire" in Salais R., Thevenot. (eds), *Le travail: marchés, règles, conventions*. Paris: INSEE-Economica.
- Caillé A. (1981) "La sociologie de l'intérêt est-elle intéressante? (à propos de l'utilisation du paradigme économique en sociologie)", *Sociologie du travail*, n.° 3/257-276.
- Caire G. (1994) *L'emploi, des repères pour comprendre et agir*. Paris: Liris.
- Coulon A., (1987) *L'ethnométhodologie*. Paris: PUF.
- Daune-Ricard A. -M. (1993) "Activité et emploi des femmes: des constructions sociétales différentes en France, au Royaume-Uni et en Suède", *Sociétés Contemporaines*, n.° 16/125-143.
- Desmarez P. (1991) "Les comparaisons internationales", *Revue internationale d'action communautaire*, numéro especial (Saint Pierre e Terssae, orgs.) "Le travail: autres réalités, autres regards", n.° 24-65/159-168.
- Desrosières A., Thévenot L. (1988) *Les catégories socioprofessionnelles*. Paris: La Découverte.
- Erbès-Seguín S. (1988) *Le travail dans la société. Bilan de la sociologie du travail*, tome 2, Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Ewald F. (1986) *L'Etat Providence*. Paris: Crasset.
- Eyraud F., Rozenblatt P. (1994) *Les formes hiérarchiques: travail et salaires dans neuf pays industrialisés*. Paris: La Documentation Française.
- Hirschman A. O. (1980) *Les passions et les intérêts*. Paris: PUF.
- Linhart D. (1986) "Où en est la sociologie du travail en France?" *Critique régionale, Cahiers de sociologie et d'économie régionales*, n.° 14/5-14.
- March J. G., Simon H. A., (1974) *Les organisations*. Paris: Dunod.
- Maruani M., Reynaud E. (1993) *Sociologie de l'emploi*. Paris: La Découverte.
- Maurice M., (1986) "La qualification comme rapport social: à propos de la 'qualification' comme 'mise en forme' du travail" in Salais R., Rhevenot L. (eds) *Le travail: marchés, règles, conventions*. Paris: INSEE-Economica.
- Maurice M., Sellier F., Silvestre J. -J. (1982) *Politique d'éducation industrielle en France et en Allemagne*. Paris: PUF.
- Naville P. "Réflexions à propos de la division du travail" *Cahiers des sociétés industrielles et de l'automatisme*, n.° 5/232-244.
- Noble D. F. (1984) *Forces of production. A social history of Industrial Automation*. NovaYork: Knopf.
- Paradeise C. (1988) "Acteurs et institutions. La dynamique des marchés du travail" *Sociologie du travail*, Vol. XXX, n.° 1/79-105.
- Paradeise C. (1990) "Les théories de l'acteur". *Cahiers Français*, n.° 247/31-38.

- Piotet F., Sainsaulieu R. (1994) *Méthodes pour une sociologie de l'entreprise*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques & Anact.
- Rainbird H. (1995) "La construction sociale de la qualification" Jobert A., Marry C., Tanguy L. (eds), *Éducation et travail en Grande-Bretagne et Italie* Paris: Armand Colin.
- Rolle P. (1988) *Travail et salariat. Bilan de la sociologie du travail*, tome 1, Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Salais R., Baverez N., Reynaud B. (1986) *L'invention du chômage*. Paris: PUF.
- Salais R. (1984) "Extériorité du chômage et formalisation sociale: esquisse d'une perspective historique". *Critiques de l'économie politique*, n.° 28/51-65.
- Salais R., Thevenot L. "Introduction" in Salais R., Thevenot L. (eds), (1986) *Le travail: marchés, règles, conventions*. Paris: INSEE-Economica.
- Salais R. (1989) "L'analyse économique des conventions de travail" *Revue économique*, 40: 2/199-240.
- Segrestin D. (1992a) *Sociologie de l'entreprise*. Paris: Armand Colin.
- Segrestin D. (1992b) "Les jeunes, les groupes professionnels, la formation, éléments de discussion", *Travail: recherche et prospective, Actes du colloque interdisciplinaire*. Lyon: Pirtem-CNRS, ler-2 décembre II 67-70.
- Stengers I. (1993) *L'invention des sciences modernes*. Paris: La découverte.
- Stroobants M. Desmarez P. (1989) "L'entreprise: évidence ou symptôme d'un problème?". *Critique régionale*, n.° 17/1-15.
- Stroobants M. (1993) *Savoir-faire et compétences au travail. Une sociologie de la fabrication des aptitudes*. Bruxelles: Éd. de l'Université de Bruxelles.
- Terressac G. DE (1992) *Autonomie dans le travail*. Paris: PUF.
- Thevenot L. (1986) "Les investissements de forme". *Cahiers du Centre d'études de l'emploi*, n.° 29/21-71.
- Thevenot L. (1989a) "Equilibre et rationalité dans un univers complexe". *Revue économique*, 40: 2/147-197.
- Thevenot L. (1989b) "Economie et politique de l'entreprise; économies de l'efficacité et de la confiance" in Boltanski et Thévenot L. (eds), *Justesse et justice dans le travail, Cahiers du Centre d'Etudes de l'Emploi*, n.° 33/135-207.
- Van Parijs P. (1986) "Le modèle économique dans les sciences sociales: imposture ou nécessité?". *La revue nouvelle*, outubro, 265-284.
- Vernant J. P. (1987) "L'individu dans la cité". *Sur l'individu*. Paris: Éd. du Seuil.
- Vinokur A. (1995) "Réflexions sur l'économie du diplôme". *Formation Emploi*, n.° 151-183.
- Wiewiorka M. (1986) "Le déploiement sociologique". *L'état des sciences sociales en France*. Paris: La Découverte.